

Demonstrações Financeiras comparativas 2023 e 2022.

Relatório da administração

1. Contexto geral.....	3
2. Desempenho das operações com seguros	3
2.1. Resultado operacional	3
2.2. Despesas administrativas.....	3
2.3. Resultado financeiro	3
3. Perspectivas para o exercício de 2024.....	4
3.1. Plano Estratégico	4
4. Plano de Regularização de Solvência.....	4
5. Agradecimentos	4

Balancos, demonstrações e notas explicativas

Balancos e demonstrações.....	5
1. Contexto operacional	9
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	9
2.1. Base para mensuração	9
2.2. Moeda funcional e de apresentação	9
2.3. Continuidade	9
3. Resumo das principais práticas contábeis	10
3.1. Apuração do Resultado	10
3.2. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros	10
I. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	10
II. Ativos financeiros mantidos até o vencimento	10
III. Ativos financeiros disponíveis para venda	10
IV. Empréstimos e recebíveis	10
3.3. Depósito judicial e fiscal	10
3.4. Imobilizado	11
3.5. Investimentos	11
3.6. Redução ao valor Recuperável	11
I. Ativos financeiros.....	11
II. Ativos Não Financeiros.....	11
3.7. Tributos correntes e Diferidos	11
I. IRPJ e CSLL diferidos	11
II. PIS e COFINS diferidos	12
3.8. Provisões Judiciais	12
3.9. Resseguro	12
3.10. Provisões Técnicas	12
I. Provisão de Prêmios não Ganhos	12
II. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	13
III. Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER)	13
IV. Provisão de Ocorridos, mas não avisados (IBNR)	13
V. Provisão de Despesas de Relacionadas (PDR)	13
VI. Provisão Complementar de Cobertura (PCC).....	13
3.11. Teste de adequação de passivos (TAP)	13
I. Taxa de Juros	13
II. Taxa de juros contratada para ativos e passivos	13
III. Taxa de juros esperada para os ativos	13
IV. Tábua	13
V. Sinistralidade	14
VI. Resseguro	14
3.12. Dividendos	15
3.13. Contratos	15
3.14. Estimativas e julgamentos.....	15
3.15. CPC 48 – Instrumentos financeiros.....	15
3.16. CPC 50 – Contrato de Seguros.....	15

4. Gestão de Riscos	15
4.1. Critério de gerenciamento de riscos	16
I. Risco de Seguro	16
II. Risco de Crédito	17
III. Risco de Liquidez	17
IV. Risco Operacional	17
V. Riscos de Mercado	17
5. Aplicações	17
6. Crédito das operações com seguros	18
6.1. Saldo de prêmios a receber por ramos	18
6.2. Composição referente aos prazos de vencimento	19
6.3. Movimentação dos prêmios a receber	19
6.4. Outros Créditos Operacionais	19
7. Ativos de resseguro	19
8. Títulos e créditos a receber	20
8.1. Títulos e Créditos a receber	20
8.2. Adiantamentos	20
8.3. Demais Créditos Tributários e Previdenciários	20
8.4. Depósitos Judiciais e Fiscais	20
8.5. Outros Créditos	20
9. Custos de aquisição diferido	20
10. Crédito tributário e previdenciário	21
11. Investimentos	21
11.1. Participações Societárias	21
12. Imobilizado	21
13. Contas a pagar	22
14. Débitos de operações com seguros e resseguros	22
15. Provisões técnicas – Seguros	22
16. Desenvolvimento de Sinistros	23
17. Garantia das provisões técnicas	25
18. Provisões para contingências	25
19. Patrimônio Líquido	25
19.1. Aumentos de capital aprovados	25
19.2. Prejuízos acumulados	26
19.3. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)	26
20. Partes relacionadas	26
21. Principais ramos de atuação	26
22. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado	27
22.1. Prêmios ganhos	27
22.2. Sinistros ocorridos	27
22.3. Custo de aquisição	27
22.4. Outras receitas e receitas operacionais	27
22.5. Resultado com operações de resseguro	28
22.6. Despesas administrativas	28
22.7. Despesas com tributos	28
22.8. Resultado financeiro	28
22.9. Resultado patrimonial	28
23. Conciliação do Imposto de renda e da contribuição social	29
24. Plano de Regularização e Solvência (PRS)	29

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas., para apreciação, as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Acompanhadas dos Relatórios dos Auditores Independentes.

2. Desempenho das operações com seguros

A Aruana vem consolidando sua segmentação no seguro RCF-Veículos onde teve um crescimento de 89% no prêmio ganho comparativo 2023/2022 .

2.1. Resultado operacional.

A produção da Companhia no exercício de 2023, atingiu prêmios emitidos, de R\$ 55.048.418 (R\$ 51.213.421 em 2022), representando um aumento de 7,49%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 32.274.221 (R\$ 25.316.890 em 2022) o índice de sinistralidade em 2023 foi de 59% (65% em 31/12/2022) uma redução de 6%.

Os Custos de aquisição foram de R\$ 9.569.360 (R\$ 7.788.097 em 2022) o índice de comissionamento em 2023 foi de 18% (20% em 31/12/2022) uma redução de 2%.

2.2. Despesas administrativas.

Em 2023 as despesas administrativas da seguradora foram de R\$ 12.718.751 que corresponde a 23% do prêmio ganho (R\$ 10.747.429 em 2022 o que representou 28% do prêmio ganho). No comparativo 2023/2022 houve uma redução de 5%.

2.3. Resultado financeiro

O saldo líquido das receitas financeiras, após dedução das despesas financeiras, alcançou R\$ 3.198.081 (em comparação com R\$ 1.388.875 em 2022), registrando um aumento de 130%. Esse incremento decorre do aumento na rentabilidade das aplicações, impulsionado pelos aportes financeiros destinados ao cumprimento das obrigações.

Nossa política de investimentos, classificada para negociação, optamos pela aplicação em Títulos Públicos e Quotas do Fundo de Investimentos, classificados como para negociação, em Bancos públicos e privados de 1ª linha. A escolha foi feita para privilegiar segurança e rentabilidade dos mesmos, e garantir a capacidade financeira de honrar todos os nossos compromissos. Os títulos públicos e privados estão avaliados pelo valor de mercado. As Quotas do Fundo de Investimentos estão classificadas para negociação.

3. Perspectivas para o exercício de 2024

A Companhia está autorizada junto à SUSEP a operar nos ramos de danos e pessoas, utilizando os canais tradicionais de forma rápida e inteligente no crescimento da sua produção. Acreditamos na manutenção do crescimento dos prêmios emitidos em todos os ramos de seguro, que atrelado ao sólido controle de despesas administrativas, serão os pilares para a continuidade da evolução do negócio de forma estruturada e consistente.

3.1. Plano Estratégico

A seguradora continuará realizando substanciais investimentos em infraestrutura, recursos humanos, tecnologia e inovações digitais, como principais pontos:

- a) Estrito controle dos custos operacionais;
- b) Atento acompanhamento dos negócios, promovendo todas as alterações necessárias para manutenção do equilíbrio técnico – financeiro;
- c) Manutenção de Políticas adequadas de investimentos – aplicações financeiras – que ofereçam segurança, liquidez e rentabilidade, de forma a garantir nossa capacidade financeira;
- d) Acompanhamento permanente da Legislação e da situação política, visando antecipar possíveis ameaças em função de alterações que porventura afetem os seus nichos de negócios;
- e) Manutenção de uma política de controles internos criteriosa, e gestão de risco;
- f) Treinamento e desenvolvimento contínuo de todos os seus recursos humanos;
- g) Manutenção do Manual de Políticas Corporativas e Manual da Organização;
- h) Observância cuidadosa do Código de Ética e Conduta;
- i) Acompanhamento contínuo das necessidades do corpo funcional, visando fornecer os recursos e criar um ambiente adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

4. Plano de Regularização de Solvência

Em 18/11/2022, a SUSEP solicitou a um Plano de Regularização de Solvência (PRS) para o ano de 2023, processo SUSEP 15414.633648/2022-96 afim de recompor a situação momentânea de insuficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR). Em 29/12/2022, a Companhia apresentou o PRS, que foi rejeitado. A Aruana apresentou um novo PRS em 12/05/2023, que foi analisado pela Susep e foi solicitado alguns ajustes pontuais, que levou a companhia a apresentar um novo plano retificado em 07/07/2023. Diante disso, em 08/08/2023, o Plano de Regularização de Solvência (PRS) foi aprovado pela Diretoria Técnica da Susep (DIR4), através do Ofício Eletrônico nº 56/2023/CGFIP/DIR4/SUSEP, do Parecer Eletrônico nº 9/2023/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, do Despacho Eletrônico nº 374/2023/CGFIP/DIR4/SUSEP e do Despacho Eletrônico nº 158/2023/DIR4/SUSEP. O prazo final do PRS é outubro/2024.

5. Agradecimentos

A Aruana agradece aos seus funcionários, corretores, clientes, acionistas às entidades Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e órgão regulador de seguros do País SUSEP.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
ARUANA SEGURADORA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ARUANA SEGURADORA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ARUANA SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de a companhia ter sido requerida a apresentar o PRS – Plano de Regularização de Solvência a fim de se reenquadrar em situação de solvência e que esse plano estará em vigor até outubro de 2024, conforme apresentado na nota explicativa nº 24. Tal circunstância indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e, portanto, que pode não ser capaz de realizar seus ativos e saldar seus passivos no curso normal do negócio da companhia.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional. Concluímos, também, que as demonstrações financeiras descrevem adequadamente, através da nota explicativa nº 24, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras da companhia

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Aruana Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 07.017.295/0001-58

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Aruana Seguradora S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos de solvência e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito das provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Aruana Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho de Seguros Privados – CNSP.

Ressalte-se que nossa opinião acerca da solvência regulatória da Aruana Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2023, está condicionada ao cumprimento do Plano de Regularização de Solvência (PRS) aprovado em 08/08/2023, em consonância com o disposto no art. 59º da Resolução CNSP nº 432/21, bem como ao atendimento às diretrizes e à adoção das ações propostas no referido Plano. O item nº4 do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras fornece informações sobre o andamento do Plano.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados

selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024

CRISTINA MARIA
CANTANHEDE
AMARANTE BIASOTTO
MANO:66411670706

Assinado de forma digital por
CRISTINA MARIA CANTANHEDE
AMARANTE BIASOTTO
MANO:66411670706
Dados: 2024.02.28 09:53:40 -03'00'

Cristina Mano
MIBA 900

Aruana Seguradora S.A

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e de 2022

		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
CIRCULANTE		47.091.012	37.691.846
Disponível		753.584	741.901
Caixa e bancos		753.584	741.901
Aplicações	Nota 5	26.148.229	17.118.469
Crédito das operações com seguros	Nota 6	16.390.501	15.491.634
Prêmios a receber		16.390.501	15.484.446
Outros créditos operacionais		-	7.188
Ativos de resseguro	Nota 7	24.788	280.181
Títulos e créditos a receber	Nota 8	205.997	449.859
Títulos e créditos a receber		103.339	334.854
Adiantamentos a funcionários		37.951	-
Créditos Tributários		659	
Adiantamentos Administrativos		3.024	-
Depositos judiciais e fiscais		27.593	27.592
Outros créditos		33.433	87.413
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	3.567.912	3.609.802
Seguros		3.567.912	3.609.802
NÃO CIRCULANTE		265.065	305.412
Realizável a longo prazo		186.846	196.971
Títulos e créditos a receber	Nota 10	15.437	27.797
Crédito tributário e previdenciário		15.437	27.797
Investimentos	Nota 11	171.409	169.174
Participações societárias		171.409	169.174
Imobilizado	Nota 12	78.219	108.441
Bens móveis		78.219	108.441
TOTAL DO ATIVO		47.356.077	37.997.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aruana Seguradora S.A

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e de 2022

		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
CIRCULANTE		35.662.748	33.729.791
Contas a pagar	Nota 13	1.821.123	1.642.939
Obrigações a Pagar		90.000	374
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.202.455	1.143.100
Encargos Trabalhistas		400.601	370.188
Impostos e Contribuições		128.066	129.277
Débitos de operações com seguros e resseguros	Nota 14	3.210.070	3.448.117
Premios a Restituir		82.555	179.488
Operações com Resseguradoras		-	258.691
Corretores de Seguros e Resseguros		2.975.106	2.830.275
Outros Débitos Operacionais		152.410	179.663
Provisões técnicas - seguros	Nota 15	30.631.555	28.638.735
Danos		28.536.178	25.552.059
Pessoas		2.095.377	3.086.676
NÃO CIRCULANTE		38.593	29.593
Outros Débitos Operacionais	Nota 18	38.593	29.593
Provisões Judiciais		38.593	29.593
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	11.654.737	4.237.874
Capital Social		23.710.000	6.110.000
Aumento de Capital em Aprovação		-	6.600.000
Aporte Para Futuro Aumento de Capital		-	1.000.000
Prejuizos Acumulados		(12.055.263)	(9.472.126)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.356.077	37.997.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aruana Seguradora S.A
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

		31/12/2023	31/12/2022
Prêmios Emitidos	Nota 21.1	55.048.418	51.213.422
Variação das provisões técnicas de prêmios		(575.634)	(12.478.267)
Prêmios Ganhos	Nota 21.1	54.472.784	38.735.155
Sinistros ocorridos	Nota 21.2	(32.274.221)	(25.316.890)
Custo de Aquisição	Nota 21.3	(9.569.360)	(7.788.097)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 21.4	(3.429.078)	(2.270.100)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		9.200.125	3.360.068
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	Nota 21.5	(269.569)	(103.370)
Despesas administrativas	Nota 21.6	(12.718.752)	(10.747.429)
Despesas com tributos	Nota 21.7	(1.982.898)	(1.710.434)
Resultado financeiro	Nota 21.8	3.198.081	1.388.875
Resultado patrimonial	Nota 21.9	2.235	5.940
RESULTADO OPERACIONAL		(2.570.777)	(7.806.350)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(2.570.777)	(7.806.350)
Imposto de renda		(7.725)	16.065
Contribuição social		(4.635)	9.639
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.583.137)	(7.780.646)
Quantidade de ações		18.747.968	8.296.213
Prejuízo por ação		(0)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aruana Seguradora S.A
Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	(2.583.137)	(7.780.646)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente	(2.583.137)	(7.780.646)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aruana Seguradora S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.110.000	-	(1.691.480)	4.418.520
Aumento de Capital em Aprovação	-	6.600.000	-	6.600.000
Aporte Para Futuro Aumento de Capital	-	1.000.000	-	1.000.000
Prejuízo do Exercício	-	-	(7.780.646)	(7.780.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.110.000	7.600.000	(9.472.126)	4.237.874
Aumento de Capital em Aprovação	-	10.000.000	-	10.000.000
Aporte Para Futuro Aumento de Capital	-	(17.600.000)	-	(17.600.000)
Capital Social Aprovado	17.600.000	-	-	17.600.000
Prejuízo do Exercício	-	-	(2.583.137)	(2.583.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.710.000	-	(12.055.263)	11.654.737

Aruana Seguradora S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.802.133	5.185.231
Receb. de prêmios de seguro, contribuições de previ. e taxas de gestão e outras	55.664.939	43.827.316
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcidos e outros)	2.991.401	2.445.981
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(40.260.294)	(28.025.688)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(5.265.202)	(2.964.277)
Pagamentos de despesas e obrigações	(11.312.644)	(10.073.508)
Constituição de Depósitos Judiciais	(16.067)	(24.593)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	1.802.133	5.185.231
Impostos e Contribuições Pagos	(2.678.890)	(2.822.741)
Juros Pagos	(70.054)	(262.092)
Investimentos Financeiros	(9.029.760)	(9.528.326)
Aplicações	(19.320.416)	(12.543.494)
Vendas e resgates	10.290.656	3.015.168
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(9.976.571)	(7.427.927)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.745)	(16.150)
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente	(11.745)	(16.150)
Imobilizado	(11.745)	(16.150)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(11.745)	(16.150)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	-	-
Aumento de Capital	10.000.000	7.600.000
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	10.000.000	7.600.000
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.683	155.923
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	741.901	585.978
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	753.584	741.901

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis

Aruana seguradora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Aruana Seguradora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede na rua México, 3, 6º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, está autorizada a operar, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 1974 de 22/07/2004 e Portaria da SUSEP nº 7.137 de 18 de junho de 2018, nos seguros de Danos e Pessoas em todo território nacional (Exceto sétima região – São Paulo) Constituída pela AGE, de 29/09/2023. Seu capital social é composto por 18.747.968 ações, sendo 10.048.797 de ações ordinárias e 8.699.171 de ações preferenciais, detendo como acionistas: Aracuí Empreendimentos S.A, com 51,16% das ações ordinárias, PLBR Participações S.A, com 48,84% das ações ordinárias e 100% das preferenciais e Realesis Holding LTDA 0,001% das ordinárias.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e ainda as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, sendo as principais CNSP 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações e resoluções.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26(R1) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial a Seguradora utilizou-se das informações constantes no exercício findo imediatamente precedente, 31 de dezembro de 2023.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria no dia 28 de fevereiro de 2024.

2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, exceto:

- a) Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e
- b) Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da companhia estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional.

2.3. Continuidade

A gestão analisou a capacidade da Seguradora de manter suas operações de forma regular e está confiante de que a empresa possui os recursos necessários para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Além disso, a Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza significativa que possa levantar dúvidas substanciais sobre a capacidade contínua de operação. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nesse princípio.

No ano de 2023, um montante total de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais) foi aportado, conforme estabelecido no Plano de Recuperação e Solvência (PRS) aprovado em 08/08/2023, pela Diretoria Técnica da Susep, conforme indicado nos Despachos Eletrônicos nº 374/2023/CGFIP/DIR4/SUSEP e nº 158/2023/DIR4/SUSEP.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do Resultado

O cálculo é realizado conforme o princípio do regime de competência, que determina que as receitas e despesas devem ser registradas na apuração dos resultados nos exercícios nos quais ocorrem, simultaneamente e independentemente do recebimento ou pagamento. Os prêmios de seguros e comissões são lançados no resultado no momento da emissão das apólices e faturas de seguros, enquanto as constituições e reversões da provisão de prêmios não ganhos são incorporadas aos custos de aquisição diferidos. Caixa e equivalentes de caixa - Engloba numerário, saldos favoráveis em contas correntes, e aplicações financeiras resgatáveis com prazo de vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição, caracterizadas por um risco insignificante de variação em seu valor de mercado, sem impacto na vinculação a ativos garantidores.

3.2. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros

A Seguradora categoriza seus ativos financeiros nas seguintes classificações: Valor justo por meio do resultado, Mantidos até o vencimento, Disponíveis para venda e Empréstimos e recebíveis.

A atribuição entre as categorias é determinada pela Administração no momento inicial e está sujeita à estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

I. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é categorizado como valor justo por meio do resultado quando é originalmente classificado como mantido para negociação e é especificamente designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora administra esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base nos seus valores justos, alinhando-se à gestão de riscos e à estratégia de investimentos. Esses ativos são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício..

II. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São alocados a essa categoria quando a Administração possui a intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, líquido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

III. Ativos financeiros disponíveis para venda

Engloba ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das categorias mencionadas anteriormente. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são avaliados pelo valor justo, e as variações, excluindo perdas por redução ao valor recuperável, são registradas em outros resultados abrangentes, apresentando-se dentro do patrimônio líquido. No momento em que um investimento é desinvestido, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

IV. Empréstimos e recebíveis

Consiste principalmente nos valores a receber provenientes de contratos de seguros, incluindo saldos de prêmios pendentes de segurados, valores a receber e direitos perante os resseguradores. Após o reconhecimento inicial, esses recebíveis são avaliados pelo método do custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. Os juros, ajustes monetários e eventuais perdas no valor recuperável, quando aplicáveis, são registrados no resultado no momento em que são incorridos, sendo refletidos nas linhas correspondentes de receitas ou despesas financeiras.

3.3. Depósito judicial e fiscal

Recursos financeiros identificados e registrados na seção de ativo circulante, especificamente sob a rubrica denominada "Depósitos judiciais e fiscais". Essa categorização destaca valores que foram reservados para atender a compromissos relacionados a processos judiciais e obrigações fiscais.

Esses depósitos, de natureza legal e fiscal, representam montantes que estão temporariamente retidos, aguardando resolução de disputas legais ou liquidação de passivos tributários..

3.4. Imobilizado

Gastos adicionais são agregados ao valor contábil do ativo imobilizado, considerando benefícios econômicos futuros prováveis e avaliação confiável do custo. Substituições são tratadas com a baixa do item substituído. Despesas de reparo comuns são refletidas no resultado do período. O ativo imobilizado (imóveis, equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos) é mensurado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada ou perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. A depreciação segue o método linear: 10% ao ano para instalações, móveis, máquinas e utensílios, e 20% ao ano para equipamentos.

3.5. Investimentos

Classificados no Ativo Não Circulante constituído por: Participações Societárias - registradas pelo valor de aquisição ajustado no exercício pelo patrimônio líquido da investida.

3.6. Redução ao valor Recuperável

I. Ativos financeiros

Um ativo financeiro tem perda no valor recuperável quando evidências objetivas indicam um evento de perda após o reconhecimento inicial. As perdas são reconhecidas no resultado, reduzindo o valor contábil do ativo. Reversões são registradas se um evento posterior indicar recuperação.

Perdas no valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa de outros resultados abrangentes para o resultado. Recuperações subsequentes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

II. Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são avaliados pelo menos semestralmente para identificar possíveis perdas no valor recuperável. A redução do valor recuperável (impairment) é calculada quando o valor contábil residual ultrapassa o valor de recuperação. Este último é determinado como o maior entre o valor estimado na venda e o valor em uso, este último sendo avaliado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados provenientes da utilização do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.7. Tributos correntes e Diferidos

Os registros contábeis do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativos e passivos, correntes e diferidos, são calculados utilizando as alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. As adições e exclusões conforme a legislação em vigor, juntamente com compensações de créditos tributários, são aplicadas, quando aplicáveis

I. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os impactos das diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos ativos são registrados para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucro tributável disponível para realizar essas diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados. O reconhecimento desses tributos é fundamentado nas expectativas da Administração sobre a realização de resultados fiscais tributáveis futuros, apoiadas em projeções elaboradas e aprovadas para um período de até dez anos

Para fins de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há direito legalmente executável para a compensação dos valores reconhecidos, e esses estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

II. PIS e COFINS diferidos

A Empresa gerou créditos tributários de PIS e COFINS originados da Provisão para Sinistros a Liquidar (PSL) e da provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR). Essas provisões, referentes a pagamentos futuros, são contabilizadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

3.8. Provisões Judiciais

A Companhia reconhece, mensura e divulga os ativos e passivos sujeitos a disputas judiciais com base na melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados como prováveis, possíveis ou remotos, utilizando prognósticos baseados na experiência de escritórios de advocacia externos e no departamento jurídico interno da empresa. Essas classificações podem ser revisadas conforme a fase processual e decisões dos Tribunais. As provisões são atualizadas de acordo com as tabelas dos respectivos Tribunais.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais consideradas prováveis, exceto para questionamentos de obrigações legais, contabilizando-as como "Provisões Judiciais" no passivo não circulante. Quando necessário, o valor da provisão é complementado pelo IBNER, alinhado com o histórico de perdas de sinistros judiciais.

Obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são registradas em "Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais" no passivo não circulante, atualizadas pela taxa SELIC. Honorários de sucumbência são registrados com base em informações dos assessores jurídicos e consultores legais independentes, provisionados com base em sentenças condenatórias.

As estimativas de perdas prováveis para provisões cíveis e trabalhistas são corrigidas de acordo com critérios de atualização monetária e juros históricos, considerando a natureza, tribunal e região das causas em avaliação. Contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam definitivamente julgadas a favor da Companhia e a probabilidade de realização seja provável.

3.9. Resseguro

Os ativos de resseguro consistem em valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização ou recebimento junto aos resseguradores. Sua avaliação é consistente com os passivos de seguro ressegurados e os termos de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores, principalmente compostos por prêmios em contratos de resseguro, são ajustados conforme as condições contratuais.

Ganhos ou perdas originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados no início da vigência do risco, enquanto os não proporcionais são registrados no início do contrato de resseguro. Ambos são apropriados ao resultado conforme as características específicas de diferimento do prêmio de resseguro cedido, considerando o tipo de contrato e base de cessão.

A recuperabilidade dos ativos de resseguro é analisada semestralmente. Se houver evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação, reconhecendo imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.10. Provisões Técnicas

Inseridas no Passivo Circulante, essas provisões são calculadas seguindo as Notas Técnicas Atuariais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 432/2021, modificada pela CNSP 448/2022, e a circular SUSEP 648/2021

I. Provisão de Prêmios não Ganhos

Formada pela parte dos prêmios e contribuições diferidas, calculada utilizando o método "pro rata die". Isso inclui uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), determinada com base na demora na emissão dos prêmios. O cálculo é realizado por meio de um estudo técnico atuarial, cuja metodologia está descrita em uma nota técnica atuarial elaborada pelo atuário responsável, em conformidade com as normas vigentes.

II. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Criada para suportar os montantes pendentes referentes aos pagamentos dos sinistros notificados, ajustados monetariamente até a data-base das Demonstrações Contábeis. A redução das provisões técnicas acontece quando efetivamente ocorre o pagamento da indenização ao segurado ou beneficiário..

III. Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER)

Formada para ajustar os sinistros notificados, ainda não pagos, mediante a adequação da provisão até a liquidação do sinistro, de acordo com a nota técnica atuarial.

IV. Provisão de Ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Criada para abranger os sinistros que ocorreram, mas não foram notificados até a data-base das Demonstrações Contábeis. A metodologia de cálculo atuarial está descrita em nota técnica e engloba uma estimativa para os valores referentes às indenizações.

V. Provisão de Despesas de Relacionadas (PDR)

Criada de maneira distinta das outras provisões de sinistros, tem o propósito de cobrir os valores previstos referentes a despesas associadas a sinistros e benefícios.

VI. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Criada ao ser identificada uma insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Em 31 de dezembro de 2023, não foi necessário formar essa provisão.

3.1.1. Teste de adequação de passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 – Contratos de seguros, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada deficiência no teste, a ARUANA SEGURADORA registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, constituindo a provisão PCC no caso de insuficiência na PPNG, ou ajustando as provisões de passivos de seguros já registrados na data do teste.

O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2023, não indicou a necessidade de registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

As principais premissas utilizadas foram:

I. Taxa de Juros

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco apuradas pelo Cupom da Curva de Juros do IPCA, sendo este o indexador que melhor reflete as obrigações assumidas pela ARUANA Seguradora nos seus contratos de Seguros vigentes na data-base.

II. Taxa de juros contratada para ativos e passivos

Na estruturação dos planos de seguros comercializados pela ARUANA Seguradora não há taxas de juros contratadas, tanto para os ativos como para os passivos.

III. Taxa de juros esperada para os ativos

Da mesma forma que não taxa de juros na estruturação dos planos, não há compromisso em relação a taxas de juros esperada para seus ativos.

IV. Tábua

Os principais produtos da ARUANA são os seguros de Danos que não contemplam em sua estrutura as “tábuas biométricas”, as “taxas de carregamento” e as “taxas de juros”, logo, não há impactos dessas premissas relacionadas à precificação e performance das carteiras comercializadas pela Aruana Seguradora

V. Sinistralidade

A Sinistralidade utilizada na elaboração do TAP abrangeu a relação entre sinistro / prêmio observada no SES – Sistema de Estatística da SUSEP para o período entre dezembro de 2021 até novembro de 2023, sendo acrescido de estimativas de despesas relacionadas conforme demonstrada a seguir:

Grupo	Sinistralidade observada no SES	PDR	Sinistralidade utilizada
1	52,34%	0,00%	52,34%
3	39,01%	0,00%	39,01%
5	66,45%	0,00%	66,45%
9	54,69%	0,00%	54,69%

VI. Resseguro

Para a data-base de 31 de dezembro de 2023, não foram registradas operações de transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros.

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

Tipo de produto (A)	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (B)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG (C)	PCC-PPNG
Seguro Danos	17.278.305	17.152.121	(126.183)
Seguro Pessoas	193.204	185.911	(7.293)
Previdência	-	-	-
Total	17.471.509	17.338.033	-

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

Tipo de produto (A)	(A) Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG de prêmios não registrados (saídas - entradas)
Seguro Danos	-
Seguro Pessoas	(362.464)
Previdência	-
Valor presente do fluxo de caixa	(362.464)

MAIS VALIA

Valor de mercado dos títulos "mantidos até o vencimento" que cobrem as provisões técnicas	Mais valia a ser descontada da PCC que será efetivamente constituída	Rateio de mais valia entre as parcelas da PCC, onde (C) = (C1) + (C2) + (C3)
-	-	-
-	-	-
-	-	-

RESUMO DO RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (Registrado)	-
	(+) PCC-PPNG (Não registrado)	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-

3.12. Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios são registrados no fechamento do exercício de acordo com a legislação vigente. As ações preferenciais nominativas não têm direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, porém, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, com um mínimo de 10% superior às ações ordinárias, além de terem preferência no reembolso de capital.

3.13. Contratos

A empresa revisou seus contratos de seguros e concluiu que não há necessidade de tratamento distinto para possíveis derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias presentes nos contratos, devido à sua imaterialidade ou à sua intrínseca conexão com a operação principal, conforme estabelecido pela norma.

3.14. Estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, conforme as normas aprovadas pela SUSEP, requer que a Administração registre certos valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas. Essas estimativas são formuladas por meio de julgamentos e premissas relacionadas a eventos futuros. Os valores efetivos de liquidação das operações podem variar em relação a essas estimativas, devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Periodicamente, as estimativas e premissas são revisadas, e quaisquer ajustes resultantes dessas revisões são reconhecidos no período em que são efetuados.

3.15. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 introduz novos padrões para a classificação e avaliação de instrumentos financeiros, bem como para a mensuração de perdas esperadas de crédito em ativos financeiros e contratos, incluindo requisitos atualizados para a contabilização de operações de hedge. O respaldo da SUSEP a essas alterações foi formalizado por meio da Circular SUSEP nº 678/2022, estipulando que tais normas passarão a vigorar a partir de 01/01/2024.

3.16. CPC 50 – Contrato de Seguros

Está previsto que o Contrato de Seguros (IFRS 17) substituirá as atuais orientações relativas a contratos de seguros. Essa norma reflete a visão de que um contrato de seguro incorpora características tanto de um instrumento financeiro quanto de um contrato de prestação de serviços. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com notável variabilidade ao longo de um extenso período. De acordo com o CPC 50, uma entidade reconhece a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflete a contraprestação esperada em troca desses serviços. Isso implica que a receita de seguro exclui quaisquer componentes de investimento, sendo reconhecida em cada período à medida que a entidade cumpre as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos de seguros. A entrada em vigor do CPC 50 está agendada para 1º de janeiro de 2023, conforme diretrizes do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No entanto, é relevante observar que a norma ainda não recebeu aprovação da SUSEP para aplicação nas seguradoras brasileiras.

4. Gestão de Riscos

Possui um processo estruturado que garante a transparência e a continuidade das operações, auxilia a integração entre pessoas, processos e tecnologia, integrada com sistema de controles internos (SCI), governança corporativa e de Tecnologia da Informação (TI) existentes. Compliance - Realiza rotina de verificação dos instrumentos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, divulgação desses normativos aos gestores e colaboradores envolvidos, visando a adequação nos processos das respectivas áreas. Gestão de Riscos - Possui uma metodologia formal reconhecida pela Aruana e pelo mercado, com foco nos riscos capazes de influenciarem na consecução dos objetivos estratégicos da seguradora. Os principais riscos existentes na sociedade foram mapeados, com a utilização da metodologia de autoavaliação "Control Self Assessment – CSA". Os riscos são monitorados diretamente e revisados anualmente; Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo - Foram desenvolvidos normativos, estabelecidas as diretrizes e os padrões de procedimentos adotados para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Todos os colaboradores receberam treinamento sobre o assunto, atuando em consonância com as melhores práticas contábeis e financeiras; Combate à Fraude – Existe canal de comunicação para o recebimento de denúncia de indício de qualquer tipo de fraude, além de treinamento contínuo para os colaboradores. Está contemplado na categoria de Risco Operacional, o qual será dimensionado pela Companhia assim que exigível. Por oportuno, a companhia atualizou suas políticas de controles internos na prevenção à

fraude e gestão de riscos. Código de Conduta Ética - A Aruana possui um comitê de ética, responsável pela manutenção do seu código de conduta ética, divulgado para seus colaboradores e o mantém disponibilizado no site da Companhia. Além disso, possui um canal de denúncia no site da Companhia disponível tanto para os seus colaboradores quanto para o seu público externo.

4.1. Critério de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos adotada pela sociedade é baseada em processos de acompanhamento, mensuração e mitigação dos riscos, cujo objetivo é manter a solidez das provisões técnicas, dos planos de seguros comercializados, dos fluxos de caixa, gestão de pessoas e sistemas informatizados. As avaliações de risco compreendem a identificação e a análise das atividades em processos de negócio que possam comprometer o atendimento dos objetivos da Companhia ou afetar a continuidade das operações, formando a base para determinar como esses eventos com potencial de risco devem ser aceitos, respondidos, gerenciados ou transferidos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguro, de crédito, de liquidez, operacional, e de mercado.

I. Risco de Seguro

Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. A mitigação baseia-se em critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio evitando riscos de anti-seleção e garantindo nível de rentabilidade mínimo.

- a) **Concentração de riscos de seguros (carteira, área geográfica, moeda)**
A ARUANA Seguradora não opera riscos na Região 7 (São Paulo), distribuindo suas operações nas demais regiões do Brasil com maior concentração nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
Discriminação dos resseguradores, no mínimo por classe (local, admitida e eventual) e por categoria de risco, sendo que para os resseguradores locais deve-se considerar a categoria de risco da operação, exclusivamente, no país
Na data-base de 31 de dezembro de 2023 não foram registradas operações de Resseguro.
- b) **Análise de sensibilidade, considerando principalmente as seguintes variáveis**
O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas.
As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros assumidos pela ARUANA Seguradora. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, é realizado semestralmente o teste de adequação dos passivos (TAP). Assim, foram consideradas as seguintes análises de sensibilidade sobre as premissas utilizadas no TAP:
 - i. **Sinistralidade**
PCC: aumento de 5% no percentual de sinistralidade utilizada no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que com uma elevação de 5% no percentual de sinistralidade acarretaria necessidade de constituição da PCC-PPNG no montante de R\$ 854 mil.
 - ii. **Despesas administrativas**
PCC: agravo de 5% no valor das despesas administrativas utilizado no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% nas despesas administrativas a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras.
 - iii. **Taxas de juros**
PCC: agravo de 1% a.a. nas taxas de juros utilizadas no TAP. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 1% nas taxas de juros a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras.
 - iv. **Índice de conversibilidade**
Não há efeito para os riscos de Danos operacionalizados pela Aruana Seguradora
 - v. **Mortalidade (frequência e severidade)**
Não há efeito para os riscos de Danos operacionalizados pela Aruana Seguradora

vi. Sobrevivência

Não há efeito para os riscos de Danos operacionalizados pela Aruana Seguradora

vii. Inflação

PCC: agravo de 1% a.a. nas taxas de inflação utilizadas no TAP. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 1% nas taxas de inflação a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras.

II. Risco de Crédito

A Administração monitora as exposições ao risco dos ativos financeiros individuais e coletivos, mantendo posição que preze segurança financeira para cumprir com suas obrigações registradas no passivo.

São adotados os seguintes critérios e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito:

- a) Política de risco de crédito, priorizando a segurança em detrimento da maior rentabilidade.
- b) Limites líquidos de exposição estabelecidos para contraparte ou grupo de contraparte quando tratar-se de empresas privadas.
- c) Quando contratado resseguro, é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidos anualmente pela diretoria. No período compreendido para a data-base de 31 de dezembro de 2023, não houve incidência de cessões de resseguro.
- d) O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento, são individualizados e abrangem os contratos firmados até o final da sua vigência. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer.

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro.

Os procedimentos que visam mitigar a exposição ao risco de liquidez são assim observados:

- a) Avaliação e determinação de monitoramento para inibir eventuais riscos que impacte os resultado dos ativos.
- b) Orientações nas apropriações dos ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento.
- c) A Aruana Seguradora adota como prioridade de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país.

IV. Risco Operacional

Reconhecido como risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

V. Risco de mercado

O risco de mercado abrange os resultados apurados a partir do teste de adequação de passivo (TAP), conforme premissas informados no item próprio do TAP. O resultado auxilia na mensuração da apropriação de ativos e a estrutura na carteira, possibilitando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de seguradora.

5. Aplicações

Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, o valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores

de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos

	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Vencimento 03/2024	Vencimento 03/2025	Valor contábil	% contábil
Mensuração - Valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimentos	SELIC	16.659.491	-	-	16.659.491	0,64
Letas financeiras do tesouro	SELIC + 0,0048%	-	627.862	-	627.862	0,02
Letas financeiras do tesouro	SELIC + 0,0063%	-	-	8.860.876	8.860.876	0,34
Total		16.659.491	627.862	8.860.876	26.148.229	1,00

	Mensuração - Valor Justo por meio do resultado
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	7.590.143
Aplicações	11.048.219
Resgates	(2.705.225)
Rendimentos	1.185.332
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	17.118.469
Aplicações	16.512.406
Resgates	(10.290.656)
Rendimentos	2.808.010
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	26.148.229

6. Crédito das operações com seguros.

6.1. Saldo de prêmios a receber por ramos.

	31/12/2023				31/12/2022		
	Prazo médio de parcelamento	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Compreensivo Residencial	6	3.712	-	3.712	30.540	-	30.540
Riscos Diversos	8	178.741	-	178.741	319.752	(1.965)	317.787
Resp.Civil Profissional	10	721.962	-	721.962	787.975	(1.831)	786.144
Resp.Civil Facultativa Veículos	10	14.403.509	-	14.403.509	13.049.864	(36.023)	13.013.841
Auxílio Funeral	7	2.401	-	2.401	7.981	-	7.981
Acidentes Pessoais	4	131.494	-	131.494	132.513	(82)	132.431
Eventos Aleatórios	1	1.062	-	1.062	1.123	-	1.123
Vida Em Grupo	1	947.619	-	947.619	1.194.598	-	1.194.598
Total		16.390.501	-	16.390.501	15.524.346	(39.900)	15.484.446

6.2. Composição referente aos prazos de vencimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios		
A Vencer (*)	15.686.581	14.858.030
Vencidos 1 a 30 dias	622.349	583.007
Vencidos 31 a 60 dias	81.016	71.214
Vencidos 61 a 90 dias	554	8.234
Vencidos 91 a 120 dias	-	1.182
Vencidos 121 a 180 dias	-	1.309
Vencidos 181 a 365 dias	-	1.369
	16.390.501	15.524.346

	31/12/2023	31/12/2022
Redução ao valor recuperável		
A Vencer (*)	-	(16.665)
Vencidos 1 a 30 dias	-	(5.162)
Vencidos 31 a 60 dias	-	(6.757)
Vencidos 61 a 90 dias	-	(7.455)
Vencidos 91 a 120 dias	-	(1.183)
Vencidos 121 a 180 dias	-	(1.309)
Vencidos 181 a 365 dias	-	(1.369)
	-	(39.900)

(*) O Saldo do RVNE esta alocado na faixa a vencer R\$ 1.647.148 em 2023 e R\$ 1.144.696 em 2022

6.3. Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	15.484.446	5.876.860
Prêmios emitidos	64.965.620	62.716.962
Riscos vigentes Não Emitidos	502.451	426.585
IOF	23.131	613.321
Prêmios Cancelados	(9.927.991)	(11.643.655)
Recebimentos	(54.547.067)	(42.802.666)
Adicional de fracionamento	(149.989)	336.707
Redução ao valor recuperável	39.900	(39.667)
Total	16.390.501	15.484.446

6.4. Outros Créditos Operacionais.

Em 2023 não há saldo nessa rubrica devido ao fim de valores a receber na regulação de sinistros no consórcio DPVAT (R\$7.188 em 31/12/2022).

7. Ativos de resseguro.

Os valores referentes a recuperação na indenização de sinistros com resseguro é de R\$ 24.788 (R\$ 24.788 em 31/12/2022).

8. Títulos e créditos a receber

8.1. Títulos e Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 no total de R\$ 103.339 (R\$ 334.854 em 31/12/2022), referentes os pagamentos dos prêmios de seguros através do cartão de crédito.

8.2. Adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 40.975 (R\$ 0,00 em 31/12/2022) correspondente a adiantamentos à funcionários e adiantamentos administrativos

8.3. Demais Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 659 (R\$ 0,00 em 31/12/2022) correspondente a pagamentos realizados a maior de PIS e COFINS.

8.4. Depósitos Judiciais e Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, no total de R\$27.593 (R\$ 27.592 em 31/12/2022). Valores referentes a depósitos judiciais nos quais a empresa é ré.

8.5. Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2023, o total representado foi de R\$ 33.433 (R\$ 87.413 em 31/12/2022), englobando valores relativos a adiantamentos de férias aos funcionários, caução de aluguéis, títulos de capitalização e bloqueios judiciais em processos em discussão, totalizando R\$ 9.432 (R\$ 0,00 em 31/12/2022).

9. Custos de aquisição diferido.

A Seguradora registra no ativo circulante o custo de aquisição diferido das comissões emitidas, que são amortizados de acordo com o prazo de vigência do contrato de seguro. O diferimento da comissão acompanha o diferimento da PPNG.

	31/12/2022		31/12/2023	
	Total	Constituição	Reversão	Total
Compreensivo Residencial	17.360	36.210	(39.229)	14.342
Riscos Diversos	117.597	106.315	(169.929)	53.983
Resp.Civil Profissional	355.992	576.650	(662.819)	269.823
Resp.Civil Facultativa Veículos	3.013.493	6.534.269	(6.468.189)	3.079.573
Auxilio Funeral	1.096	2.149	(2.180)	1.064
Acidentes Pessoais	90.426	179.513	(171.669)	98.270
Vida Em Grupo	13.837	815.871	(778.853)	50.856
Total	3.609.802	8.250.977	(8.292.867)	3.567.912

	Prazo médio de vigência
Compreensivo Residencial	6
Riscos Diversos	8
Resp.Civil Profissional	10
Resp.Civil Facultativa Veículos	10
Auxilio Funeral	7
Acidentes Pessoais	4
Eventos Aleatórios	1
Vida Em Grupo	1

31/12/2023

Ramos	1 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Total
Compreensivo Residencial	159	1.631	3.521	9.031	14.342
Riscos Diversos	2.961	3.687	8.053	39.282	53.983
Resp.Civil Profissional	10.849	12.038	32.596	214.340	269.823
Resp.Civil Facultativa Veículos	269.977	175.900	346.252	2.189.444	2.981.573
Auxílio Funeral	2.120	29	40	991	3.180
Acidentes Pessoais	149.724	4.353	10.081	80.853	245.011
Vida Em Grupo	-	-	-	-	-
Total	435.790	197.638	400.543	2.533.941	3.567.912

31/12/2022

Ramos	1 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Total
Compreensivo Residencial	-	1.611	5.567	10.182	17.360
Riscos Diversos	3.485	40.813	5.761	67.538	117.597
Resp.Civil Profissional	1.427	10.594	37.128	306.843	355.992
Resp.Civil Facultativa Veículos	362.226	71.790	394.731	2.184.746	3.013.493
Auxílio Funeral	98	63	934	-	1.095
Acidentes Pessoais	13.046	45.158	32.222	-	90.427
Vida Em Grupo	13.837	-	-	-	13.838
Total	394.120	170.029	476.343	2.569.309	3.609.802

10. Crédito tributário e previdenciário

Ajustes temporais estão classificados no ativo não circulante sendo decorrentes das provisões judiciais, contabilizados o montante de R\$ 15.437 (R\$ 27.797 em 31/12/2022), correspondente a créditos de imposto de renda R\$ 9.648 (R\$ 17.373 em 31/12/2022) e créditos de Contribuição R\$ 5.788 (R\$ 10.423 em 31/12/2022).

11. Investimentos
11.1. Participações Societárias

Corresponde ao investimento na Seguradora Líder S.A. no consórcio de Seguros DPVAT, representando 149.262 ações ordinárias nominativas e corresponde a participação de 0,99508% no capital social da Seguradora Líder, em 31 de dezembro de 2023 na importância de R\$ 171.409 (R\$169.174 em 31/12/2022).

12. Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzidos das depreciações dos bens com a aplicação da taxa anual conforme a vida útil dos bens constituído a saber:

	Taxa anual de depreciação	31/12/2022		31/12/2023	
		Total	Aquisições	Depreciação	Total
Equipamentos	20%	23.624	11.345	(12.981)	21.988
Móveis, máquinas e utensílios	10%	84.817	-	(28.586)	56.231
Total		108.441	11.345	(41.567)	78.219

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021		31/12/2022	
		Total	Aquisições	Depreciação	Total
Equipamentos	20%	31.981	10.000	(18.357)	23.624
Móveis, máquinas e utensílios	10%	106.231	6.149	(27.563)	84.817
Total		138.212	16.149	(45.920)	108.441

13. Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações classificadas no passivo circulante com vencimento no decorrer do ano corrente de 2023, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	90.000	374
Impostos a recolher	191.743	99.853
IOF	1.010.713	1.043.247
Encargos trabalhistas	400.601	370.188
PIS e Cofins a recolher	128.066	129.277
Total	1.821.123	1.642.939

14. Débitos de operações com seguros e resseguros

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a restituir	82.555	179.488
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	-	258.690
Comissões a pagar	678.487	560.122
Comissões emitidas	2.000.132	2.041.214
Comissões RVNE	296.487	228.938
Pró-labore a pagar	72.746	119.250
Pró-labore emitido	79.663	60.415
Total	3.210.070	3.448.117

15. Provisões técnicas – Seguros

	31/12/2023			31/12/2022		
	Danos	Vida	Total	Danos	Vida	Total
Provisão De Prêmios Não Ganhos - PPNG	20.428.635	320.296	20.748.931	19.966.051	312.668	20.278.719
Provisão De Prêmios Não Ganhos - RVNE	267.391	23.099	290.490	155.555	29.514	185.069
Provisão De Sinistros a Liquidar - PSL	3.690.793	125.284	3.816.077	2.648.675	138.245	2.786.920
Provisão de Sinistros Ocorridos E não Suficiente Avisados - IBNER	1.914.634	2.302	1.916.936	1.394.222	57.748	1.451.970
Provisão De Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	2.202.684	1.592.676	3.795.360	1.363.049	2.528.580	3.891.629
Provisão De Despesas Relacionadas - PDR	32.041	31.721	63.762	24.507	19.921	44.428
Total	28.536.178	2.095.377	30.631.555	25.552.059	3.086.676	28.638.735

	31/12/2022		31/12/2023	
	Total	Constituições	Reversão	Total
Provisão De Prêmios Não Ganhos - PPNG	20.278.718	20.748.931	20.278.719	20.748.930
Provisão De Prêmios Não Ganhos - RVNE	185.069	290.490	185.069	290.490
Provisão De Sinistros a Liquidar - PSL	2.786.921	3.816.077	2.786.920	3.816.078
Provisão de Sinistros Ocorridos E não Suficiente Avisados - IBNER	1.451.971	1.916.936	1.451.970	1.916.937
Provisão De Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	3.891.629	3.795.360	3.891.629	3.795.360
Provisão De Despesas Relacionadas - PDR	44.427	63.762	44.428	63.761
Total	28.638.735	30.631.555	28.638.735	30.631.555

16. Desenvolvimento de Sinistros

BRUTO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	4	623	3.171	9.842	14.098	23.437
- Um ano mais tarde	6	1.098	4.828	15.539	20.277	
- Dois anos mais tarde	6	1.119	5.118	15.741		
- Três anos mais tarde	6	1.122	5.148			
- Quatro anos mais tarde	6	1.122				
- Cinco anos mais tarde	6					
Posição em 31/12/2023	6	1.122	5.148	15.741	20.277	23.437

Pago Acumulado	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	6	390	2.079	9.093	11.730	20.472
- Um ano mais tarde	7	1.067	4.767	15.243	20.002	
- Dois anos mais tarde	7	1.109	5.064	15.557		
- Três anos mais tarde	7	1.114	5.096			
- Quatro anos mais tarde	7	1.114				
- Cinco anos mais tarde	7					
Posição em 31/12/2023	7	1.114	5.096	15.557	20.002	20.472

Provisão de sinistro em 31/12/2023	(1)	8	52	184	275	2.965
Sobra/Falta acumulada (R\$)	(2)	(499)	(1.976)	(5.899)	(6.178)	
Sobra/Falta acumulada (%)	-27,82%	-44,50%	-38,39%	-37,48%	-30,47%	

BRUTO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	226
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	13	
- Dois anos mais tarde	-	-	-	163		
- Três anos mais tarde	-	-	-			
- Quatro anos mais tarde	-	-				
- Cinco anos mais tarde	-					
Posição em 31/12/2023	0	0	0	163	13	226

Pago Acumulado	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	59
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	3	
- Dois anos mais tarde	-	-	-	7		
- Três anos mais tarde	-	-	-			
- Quatro anos mais tarde	-	-				
- Cinco anos mais tarde	-					
Posição em 31/12/2023	-	-	-	7	3	59

Provisão de sinistro em 31/12/2023	-	-	-	157	10	167
Sobra/Falta acumulada (R\$)	-	-	-	(163)	(13)	
Sobra/Falta acumulada (%)	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%	-100,00%	

LÍQUIDO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	4	623	3.155	9.842	14.098	23.437
- Um ano mais tarde	6	1.058	4.782	15.539	20.277	
- Dois anos mais tarde	6	1.076	5.075	15.741		
- Três anos mais tarde	6	1.080	5.105			
- Quatro anos mais tarde	6	1.080				
- Cinco anos mais tarde	6					
Posição em 31/12/2023	6	1.080	5.105	15.741	20.277	23.437

Pago Acumulado	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	6	390	2.070	9.093	11.730	20.472
- Um ano mais tarde	7	1.021	4.752	15.243	20.002	
- Dois anos mais tarde	7	1.064	5.049	15.557		
- Três anos mais tarde	7	1.068	5.081			
- Quatro anos mais tarde	7	1.068				
- Cinco anos mais tarde	7					

Posição em 31/12/2023	7	1.068	5.081	15.557	20.002	20.472
------------------------------	----------	--------------	--------------	---------------	---------------	---------------

Provisão de sinistro em 31/12/2023	(1)	11	24	184	275	2.965
---	------------	-----------	-----------	------------	------------	--------------

Sobra/Falta acumulada (R\$)	(2)	(457)	(1.950)	(5.899)	(6.178)	
Sobra/Falta acumulada (%)	-27,82%	-42,32%	-38,20%	-37,48%	-30,47%	

LÍQUIDO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	226
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	13	
- Dois anos mais tarde	-	-	-	163		
- Três anos mais tarde	-	-	-			
- Quatro anos mais tarde	-	-				
- Cinco anos mais tarde	-					

Posição em 31/12/2023	-	-	-	163	13	226
------------------------------	----------	----------	----------	------------	-----------	------------

Pago Acumulado	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	59
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	3	
- Dois anos mais tarde	-	-	-	7		
- Três anos mais tarde	-	-	-			
- Quatro anos mais tarde	-	-				
- Cinco anos mais tarde	-					

Posição em 31/12/2023	-	-	-	7	3	59
------------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------

Atualização monetária e juros						
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Provisão de sinistro em 31/12/2023	-	-	-	157	10	167
---	----------	----------	----------	------------	-----------	------------

Sobra/Falta acumulada (R\$)	-	-	-	(163)	(13)	
Sobra/Falta acumulada (%)	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%	-100,00%	

17. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas - seguros	30.631.555	28.638.735
Ajustes	(13.139.794)	(12.619.957)
Direitos creditórios	(13.115.006)	(12.595.169)
Provisões técnicas de Resseguro Redutores	(24.788)	(24.788)
Aplicações vinculadas a cobertura de reserva	26.148.229	17.118.469
Letras financeiras do tesouro LFT	9.488.739	8.381.373
Quotas de fundos de investimentos	16.659.491	8.737.096
Suficiência	8.656.468	1.099.692

18. Provisões para contingências

Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda.

PSL Judicial		31/12/2023			31/12/2022		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Provável	2	58.367	43.775	6	119.771	119.771	
Possível	12	1.364.778	290.000	36	1.463.943	-	
Remoto	70	4.949.585	-	3	11.000	-	

Causas Cíveis		31/12/2023			31/12/2022		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Provável	2	35.984	33.593	2	29.592	29.592	
Possível	2	37.764	5.000	-	-	-	
Remoto	13	333.877	-	-	-	-	

Causas Trabalhistas		31/12/2023			31/12/2022		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	
Provável	-	-	-	-	-	-	
Possível	1	49.169	-	2	100.000	-	
Remoto	-	-	-	-	-	-	

19. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado pela Seguradora é de R\$ 23.710.000 (R\$ 6.110.000 em 31/12/2022) Seu capital social é composto por 18.747.968 ações, sendo 10.048.797 de ações ordinárias e 8.699 preferenciais (8.296.213 ações, sendo 6.390.150 de ações ordinárias e 1.906.213 preferenciais em 2022).

19.1. Aumentos de capital aprovados

Foram aprovados no decorrer de 2023, 3 (três) solicitações de aumento de capital, sendo:

- I - Processo SUSEP 15414.634614/2022-19 valor solicitado R\$ 6.600.000 homologado em 24/07/2023.
- II - Processo SUSEP 15414.606131/2023-13 valor solicitado R\$ 9.000.000 homologado em 24/07/2023.
- III - Processo SUSEP 15414.638641/2023-41 valor solicitado R\$ 2.000.000 homologado em 22/11/2023.

19.2. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023 o prejuízo líquido apurado no exercício representa a importância de R\$ 2.583.137 (R\$ 7.780.646 em 31/12/2022).

19.3. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

A Resolução CNSP nº 432/2021, modificada pela Resolução CNSP nº 448 em outubro de 2022, estabelece critérios para a exigência de capital na operação de seguros. O critério define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deve ser igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal. O CMR é composto pelo capital-base e pelo capital de risco, sendo adotado o maior entre esses os dois. A apresentação do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido são:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	11.654.737	4.237.874
Ajustes Contábeis	(171.409)	(169.175)
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(171.409)	(169.175)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	80.086	222.382
Subtotal PLA - Nível	11.563.413	4.291.081
PLA TOTAL = PL + Ajuste Contábil + Ajustes do excesso níveis II e III	11.563.413	4.291.081
Capital Base (1)	3.700.000	3.700.000
Capital de Risco – Crédito	67.509	111.798
Capital de Risco – Subscrição	10.213.390	7.968.018
Capital de Risco – Mercado	270.321	313.331
Capital de Risco – Operacional	441.763	284.713
Benefício da Diversificação	(232.788)	(284.101)
Capital de Risco (2)	10.760.195	8.393.759
Capital Mínimo Requerido - Maior de (1) e (2)	10.760.195	8.393.759
Patrimônio Líquido Ajustado	11.563.413	4.291.089
Suficiência de Capital	803.218	(4.102.670)
Suficiência de Capital %	7,46%	-48,88%

20. Partes Relacionadas

Em 2023, as despesas com a PAFS Cobrança Informações Cadastrais e Participações LTDA totalizaram R\$ 2.484.431 (sendo R\$ 763.840 em 2022), referente a serviços de cobrança e recebimentos. Não havendo valores de ativos, passivos e receitas.

21. Principais ramos de atuação

Ramos	31/12/2023					
	Prêmios Ganhos	Sinistros Ocorridos	Índices de Sinistralidade	Custo de Aquisição	Índices de Comissionamento	
Compreensivo Residencial	100.323	7.727	7,70%	34.470	34,36%	
Riscos Diversos	1.129.073	199.279	17,65%	170.637	15,11%	
Resp.Civil Profissional	2.406.541	978.563	40,66%	596.328	24,78%	
Resp.Civil Facultativa Veículos	42.764.129	28.461.107	66,55%	6.464.776	15,12%	
Auxílio Funeral	36.927	98.010	265,41%	9.174	24,84%	
Acidentes Pessoais	674.682	(42.365)	-6,28%	201.987	29,94%	
Eventos Aleatórios	13.023	20.821	159,87%	3.192	24,51%	
Vida Em Grupo	7.348.085	2.551.079	34,72%	2.088.796	28,43%	
Total	54.472.784	32.274.221	59,25%	9.569.360	17,57%	

Ramos	31/12/2022					
	Prêmios Ganhos	Sinistros Ocorridos	Índices de Sinistralidade	Custo de Aquisição	Índices de Comissionamento	
Compreensivo Residencial	39.465	43.818	111,03%	15.071	38,19%	
Riscos Diversos	2.035.915	1.452.465	71,34%	375.464	18,44%	
Resp.Civil Profissional	2.482.619	898.898	36,21%	632.547	25,48%	
Resp.Civil Facultativa Veículos	22.594.518	14.509.540	64,22%	3.484.181	15,42%	
Auxílio Funeral	108.603	172.664	158,99%	27.432	25,26%	
Acidentes Pessoais	500.850	326.797	65,25%	144.382	28,83%	
Eventos Aleatórios	12.365	44.647	361,07%	3.210	25,96%	
Vida Em Grupo	10.960.820	7.868.060	71,78%	3.105.811	28,34%	
Total	38.735.155	25.316.890	65,36%	7.788.097	20,11%	

22. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado.

22.1 Prêmios Ganhos	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	55.048.418	51.213.422
Prêmios emitidos diretos	64.965.620	62.716.962
Prêmios cancelados	(9.927.991)	(11.643.655)
Prêmios restituídos	(491.662)	(286.470)
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	502.451	426.585
Varição das provisões técnicas	(575.634)	(12.478.267)
Provisão de prêmios não ganhos diretos	(470.212)	(12.425.126)
Provisão de prêmios não ganhos – Riscos vigentes não emitidos	(105.421)	(53.141)
Total	54.472.784	38.735.155

22.2 Sinistros Ocorridos	31/12/2023	31/12/2022
Indenizações avisadas	(30.319.558)	(20.232.852)
Ajuste da PSL - IBNER	(464.964)	(1.301.458)
Despesas com sinistros	(1.461.042)	(959.521)
Varição da provisão de sinistro ocorrido e não avisado - IBNR	96.269	(2.554.175)
Varição das despesas relacionadas	(19.335)	(23.902)
Outras despesas com sinistros	(105.591)	(244.982)
Total	(32.274.221)	(25.316.890)

22.3 Custo de Aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Comissões sobre prêmios emitidos	(8.576.537)	(8.528.385)
Comissões - Riscos vigentes não emitidos	(67.547)	(47.445)
Agenciamento sobre prêmios emitidos	-	(1.525)
Pró-Labore sobre prêmios emitidos	(883.386)	(1.290.693)
Varição do custo de aquisição diferido	(241.395)	2.016.441
Varição do custo de aquisição diferido - Riscos vigentes não emitidos	199.505	63.510
Total	(9.569.360)	(7.788.097)

22.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Regulação sinistro DPVAT	91.639	684.351
Outras receitas	137.625	197.980
Outras despesas com operações de seguros – Diretos	(43.176)	(2.798.388)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	39.900	(39.667)
Outras Despesas Operacionais	(3.646.066)	(289.783)
Provisões Cíveis	(9.000)	(24.593)
Total	(3.429.078)	(2.270.100)

22.5 Resultado Com Operações De Resseguros	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de Resseguros	(14.175)	(351.929)
Comissão sobre prêmios cedidos de resseguros	-	(6.834)
Varição das despesas de resseguros – PPNG	(255.393)	255.393
Total	(269.569)	(103.371)

22.6 Despesas Administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal próprio	(6.409.672)	(6.254.948)
Despesas com serviços de terceiros	(4.268.921)	(2.546.872)
Despesas com localização e funcionamento	(1.759.133)	(1.701.186)
Despesas com publicidade e propaganda	(10.800)	(3.800)
Despesas com publicações	(28.680)	(18.980)
Despesas com donativos e contribuições	(88.531)	(74.415)
Despesas administrativas diversas	(153.014)	(147.229)
Total	(12.718.752)	(10.747.429)

22.7 Despesas com Tributos	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	(1.535)	(122)
COFINS	(1.030.710)	(862.238)
PIS	(167.490)	(140.114)
Taxa de fiscalização	(783.163)	(707.960)
Total	(1.982.898)	(1.710.433)

22.8 Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - Disponível para Venda	2.811.366	1.195.207
Títulos renda fixa – públicos	1.722.395	76.174
Títulos renda fixa – privados	1.088.971	1.119.033
Receitas financeiras com operações de seguros	624.144	323.646
Outras receitas financeiras	-	16.185
Total - receitas financeiras	3.435.510	1.535.038
Despesas com encargos e mora	(52.940)	(6.036)
Despesas com fundos de investimentos	(146.543)	(137.973)
Despesas financeiras eventuais	(37.946)	(2.154)
Total - despesas financeiras	(237.429)	(146.163)
Total	3.198.081	1.388.875

22.9 Resultado Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Participações Societárias	2.235	5.940
Total	2.235	5.940

LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO	(2.570.777)	(7.806.351)
-------------------------------	--------------------	--------------------

23. Conciliação do Imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO ANTES DO IRPJ e CSLL (LAIR)	(2.570.777)	(7.806.350)
Adição	38.593	69.493
Provisões trabalhistas	-	-
Provisões cíveis	38.593	29.593
Redução ao valor recuperável	-	39.900
Exclusões	(69.493)	(5.233)
Provisões trabalhistas	-	-
Provisões cíveis	(29.593)	(5.000)
Redução ao valor recuperável	(39.900)	(233)
Prejuízo antes das compensações	(2.601.677)	(7.742.090)
(-) Compensação 30%	-	-
Lucro Real	(2.601.677)	(7.742.323)
IRPJ (15%)	-	-
IRPJ (10%) - Adicional	-	-
Apuração IRPJ	-	-
Apuração CSLL (15%)	-	-

24. Plano de Recuperação e Solvência (PRS)

O Plano de Recuperação e Solvência (PRS), iniciado em maio de 2023, está programado para ser concluído até outubro de 2024. As revisões trimestrais, realizadas pela Susep, foram efetuadas em julho e outubro de 2023, e subsequentemente em janeiro, abril, julho e outubro de 2024.

No mês de outubro de 2023, a empresa atingiu solvência, demonstrando a eficácia das medidas estratégicas adotadas. Destaca-se que o aporte de 1.5 milhões de reais realizado em janeiro de 2024 elevou o percentual de solvência para 21,23%, fortalecendo assim a posição financeira da empresa.

Diretores

Paulo Augusto Freitas de Souza
George Ricardo Martins de Souza

Contador

Jefferson de Azevedo Pedro
CRC RJ 109037/O-6

Atuário

Marcos Falcão
MIBA nº 893